

GÓCIOS

Dívida externa

do BIS até sexta-feira

— Delfim Vieira

William Waack

ECONOMIA/NE

Brasil tem de pagar crédito

Arquivo (18.6.83) —

Baseléia — O Brasil terá de pagar até sexta-feira os 400 milhões de dólares que deve ao Banco Internacional de Compensações (BIS), cujo vencimento já foi prorrogado duas vezes. O presidente do BIS, o suíço Fritz Leutviller, declarou ontem, após a reunião mensal da diretoria do Banco, no moderno prédio em forma de um cone, que não haverá uma terceira extensão do crédito concedido ao Brasil.

— O Brasil terá de pagar. Não precisamos tomar nenhuma decisão a respeito, pois o prazo é claro e vence na sexta-feira — disse Leutviller.

O diretor-geral do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, tomou parte na mesma reunião do BIS, onde fez longa exposição sobre a situação brasileira, mas recusou-se a comentar o assunto com os repórteres que o esperavam à saída do encontro. Mais acessível, Leutviller também não quis revelar, contudo, o conteúdo da exposição de Larosière sobre o Brasil.

— Não tenho motivos para estar pessimista — disse Leutviller.

Com base em que o Presidente do BIS alimenta suas esperanças, é algo que não estava claro ontem à noite. Cercado por repórteres nos portões do edifício sede do BIS, pela tarde, Leutviller não se recusou a responder perguntas e surpreendeu por sua franqueza:

— Não há o que discutir sobre o Brasil. Tem de pagar na sexta-feira — afirmou.

— Como o Sr acha que o Brasil reunirá os fundos necessários para saldar o débito com o BIS, se o FMI até agora não liberou a segunda parcela? — insistiu um repórter.

— Não sei, mas esses fundos não vão sair do BIS — respondeu Leutviller.

[O Banco Internacional de Compensações (BIS) é o banco central dos bancos centrais dos países industrializados — última instância a que se pode recorrer em casos de dificuldades no sistema financeiro internacional. Em dezembro de 1982, o BIS concedeu um empréstimo-ponte de 1 bilhão 450 milhões de dólares ao Brasil, cuja primeira parcela (400 milhões de dólares) deveria ser paga no fim de maio. O Brasil conseguiu um adiamento para fim de junho e, posteriormente, para 15 de julho.]

Sem notícias

— Eu sei que a situação do Brasil não é fácil — prosseguiu o presidente do BIS. — Por outro lado, não recebi nos últimos dias nenhuma notícia do Brasil.

— Quer dizer que o Brasil não solicitou nova prorrogação do prazo para pagar os 400 milhões de dólares? — indagou outro jornalista.

— Não recebi nenhuma notícia do Brasil. Eles não pediram a prorrogação, mas posso afirmar que não haverá **roll over** para esses 400 milhões — declarou Leutviller.

Saindo por outra porta, o presidente do Banco Central alemão (Bundesbank), Karl Otto Poehl, repetiu quase as mesmas palavras de seu colega do BIS: "Não há o que decidir em relação ao Brasil. Eles têm de pagar na sexta-feira", disse o banqueiro alemão.

Poehl, da mesma maneira que outros participantes, confirmou que o diretor-geral do FMI fez uma "longa palestra" sobre o Brasil. "De fato, estivemos discutindo isto", disse Poehl. Contudo, ele recusou-se a comentar detalhes sobre o que teria dito Larosière.

As palavras do diretor-geral do FMI eram esperadas com muita tensão, já que se atribui a uma possível intervenção sua a adoção de uma atitude mais flexível por parte dos bancos centrais representados no BIS e também por parte das instituições comerciais, que se mostram cada vez menos dispostas a participar das operações de reestruturação da dívida externa de países como o Brasil. Até ontem à noite, porém, o que Larosière disse no BIS permanecia envolto em mistério.

— Eu não posso dizer nada a vocês. Vocês vão logo saber por que — disse, enigmático, o diretor de um dos bancos centrais europeus ao se retirar à tarde da sede do BIS.

Silêncio total

Os participantes da reunião do BIS haviam combinado manter-se em silen-

cio diante da imprensa. Os repórteres não têm acesso sequer ao saguão de entrada do moderno edifício-sede do banco, no centro de Basileia. A única oportunidade de contatar os participantes é na saída, mas a grande maioria recusa-se a ouvir as perguntas.

A maior parte dos assuntos, de qualquer maneira, não é abordada durante as reuniões formais, que costumam prender-se a uma rígida ordem do dia. Ontem à noite, por exemplo, os diretores de vários bancos centrais — Paul Volcker, do Federal Reserve Board (Banco Central dos Estados Unidos), não compareceu nem à reunião do dia, nem ao jantar à noite —, entre os quais o diretor-geral do FMI, foram levados para um castelo-restaurante nos arredores da cidade, onde jantariam sem a presença sequer de seus assessores imediatos.

Os banqueiros estão hospedados nos hotéis de luxo a poucos metros do BIS e seu breve passeio a pé da sede do Banco até o hotel e vice-versa transforma-se em uma curiosa caminhada entre um grupo de repórteres empenhados em arrancar qualquer declaração — a maior parte das vezes sem qualquer resultado.

Além do caso brasileiro, Larosière discutiu com o BIS um empréstimo de 4 bilhões de dólares para permitir que o Fundo Monetário Internacional cumpra sua missão. Ocorre que muitos bancos centrais são proibidos por lei de emprestar dinheiro a longo prazo e Larosière quer os recursos por um período de três a sete anos. A saída para o dilema, segundo um participante alemão, não havia sido encontrada até ontem à noite. Ao contrário: os integrantes do grupo dos 10 países mais fortes dentro do FMI continuavam discordando sobre a tática futura a ser adotada diante da crise de endividamento internacional.

Ponto alto da crise

Enquanto os Estados Unidos, o Japão e Alemanha Ocidental acham que os instrumentos de emergência criados durante a atual crise já cumpriram sua função, outros como a França, Canadá, Itália, Suécia e Bélgica dizem que os mesmos recursos utilizados até agora (o método *ad hoc*, isto é, aplicado a situações repentinas) não vão resolver a crise, cujo ponto alto nem sequer teria sido ainda atingido. No meio encontra-se a Inglaterra, que não quer aliviar a pressão imposta aos países endividados para que corrijam sua política econômica e, por outro lado, não compartilha com a Alemanha e os Estados Unidos a versão de que a crise já teria sido ultrapassada.

Larosière teria pedido ainda maior esforço por parte dos bancos centrais para preencher a lacuna que estão deixando as instituições particulares. Em princípio, os representantes dos bancos centrais reunidos na Basileia não seriam contra a ideia de aumentar a cooperação com instituições multinacionais (como o FMI e o Banco Mundial).

O mesmo tipo de sugestão — aumentar a atividade do FMI e do Banco Mundial — foi feita também pelo presidente do principal banco suíço, o Schweizerisch Bankgesellschaft, Robert Holzach.

[Em Brasília, uma fonte com acesso às disponibilidades do fluxo de caixa do Brasil, disse que se o BIS endurecer e recusar-se a conceder nova prorrogação, o Brasil seria obrigado a lançar mão de divisas ingressadas recentemente, como consequência do saldo comercial de junho, além de apelar para os rendimentos auferidos pela pequena parcela de reservas cambiais, das quais não se desfez desde a crise de setembro do ano passado.]

Comentou, no entanto, que México e Argentina também ficaram sem condições de quitar parcelas do BIS e recorrerem, com êxito, a sucessivas protelações. Exemplificou assim a necessidade urgente de aprovação de novo acordo com o FMI, para socorrer o Banco Central da crise de pagamentos (atrasos superiores a 1 bilhão de dólares) que agora poderá ser agravada.]

Leia editorial
"Quebra da Palavra"